

*A Misericórdia de Braga.
Assistência Material e Espiritual*
uma obra que se apresenta

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO*

O livro que agora se torna público intitula-se *A Misericórdia de Braga. Assistência Material e Espiritual – das origens a 1910* e constitui o 3.º volume de uma série de obras que a Dr.ª Maria de Fátima Castro tem dedicado à Santa Casa da Misericórdia de Braga¹. O trabalho tem mais de 670 páginas e constitui mais um marco da história desta instituição. Por esta razão, está de parabéns a Santa Casa, que dá a conhecer mais uma importante parte da sua história, bem como a autora, que pacientemente e de forma empenhada tem dado à luz as passagens até então secretas desta memorável confraria.

Instituição secular, a Santa Casa merece e tem direito a ver a sua história reconstruída, não apenas pela grandeza que ele encerra, mas também para que sirva de suporte à sua continuação, de forma a apoiar os que mais precisam, como, aliás, sempre o tem feito.

Este volume está dividido em duas grandes partes, sendo ainda composto por um apêndice e uma bibliografia. O livro contém também algumas

* Docente do Departamento de História da Universidade do Minho.

1. Dos seus trabalhos dedicados à Santa Casa de Braga destacam-se *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga, Braga*, Santa Casa da Misericórdia de Braga e autora, 2001 e *A Misericórdia de Braga*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga e autora, 2003.

imagens alusivas à caridade, dando destaque a momentos importantes da vida da confraria.

A primeira parte analisa a *Assistência Material* e a segunda é dedicada à *Assistência Espiritual*.

Cada uma destas grandes secções encontra-se subdividida, arrumando-se as matérias por grandes temas, equivalentes a capítulos.

Assim, na primeira parte e antes de entrar no ponto I, a autora faz uma breve análise da historiografia mais recente das Misericórdias e apresenta o seu trabalho como um contributo para a criação da Memória de uma das grandes instituições da cidade.

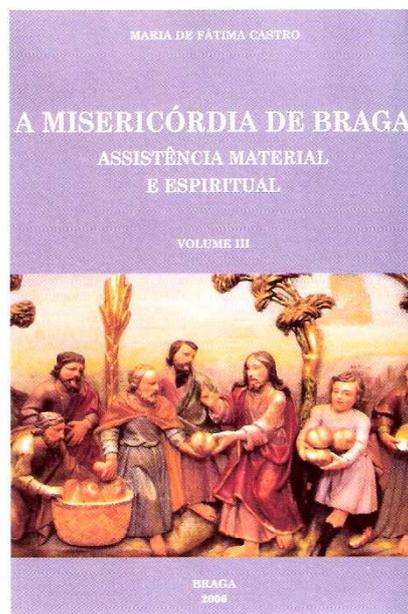
No ponto I, intitulado «Recursos e normas de actuação», a autora analisa os meios financeiros disponibilizados pelas Misericórdias, dando destaque aos peditórios, à mutuação de capitais, à recepção de legados e às esmolas dos enterros e do uso da tumba, acções para as quais as Misericórdias possuíam privilégios². Na Santa Casa de Braga eram os legados e as doações que engrossavam as receitas da confraria. Como todas as suas congéneres, a Misericórdia de Braga assistiu no século XVIII à diminuição destas receitas, sendo obrigada a abrandar o ritmo de distribuição de esmolas³.

A riqueza acumulada testemunhava o prestígio da instituição, reverendo parte dela em favor dos pobres. A assistência à pobreza servia de justificação para a existência de riqueza⁴.

2. Para uma melhor compreensão dos privilégios destas instituições leia-se Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 62-64.

3. Esta situação foi comum a muitas congéneres. Veja-se Maria Marta Lobo de Araújo, «A Santa Casa da Misericórdia de Monção (séculos XVI-XVIII)», in José Viriato Capela (coord.), *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, Casa Museu de Monção, 2003, pp. 147-150.

4. Veja-se Pedro Carasa Soto, «Beneficencia y "cuestión social": una contaminación arcaizante», *Historia Contemporánea*, 29, 2004, p. 637.



Formato: 170 x 240 mm
ISBN: 978-972-95104-5-8; 678 p.

O auxílio aos pobres, através de esmolas directas, era um sector de peso nesta instituição, levando a Dr.^a Fátima Castro a apresentar o quadro normativo em que se enquadrava a assistência no período entre o Absolutismo e o Liberalismo.

«Da esmolaria ordinária, extraordinária e diversa» é o título do ponto II. Nele, levantam-se questões fundamentais para se conhecer o mundo da pobreza e entender os assistidos pela Misericórdia de Braga. Quem eram os pobres? Qual o grau de pobreza que apresentavam? Que esmolas recebiam e quando eram beneficiados? São algumas das questões a que a autora dá resposta.

As esmolas semanais e mensais compreendiam ajudas aos pobres, cegos e pobres envergonhados; ou seja, pobres «estruturais» e «conjunturais» a quem a confraria valia durante um período alongado de tempo ou apenas enquanto estavam dependentes⁵.

O volume das esmolas e o número de providos dependiam do cofre da instituição e das suas opções de gestão, fazendo com que em 1621, por exemplo, as esmolas fossem suspensas «por causa da Casa estar endividada».

Suspensas em alguns períodos, as esmolas semanais foram retomadas no século XVIII, integrando nesta altura irmãos pobres e seus familiares e servidores da Casa⁶.

Por ocasião das festas religiosas mais importantes do calendário litúrgico, a Misericórdia distribuía também esmolas, associando o momento a actos de despojamento e amor ao próximo.

Na festa de Santa Isabel, data em que se comemorava a padroeira e se faziam as eleições da Mesa, distribuía-se muitas esmolas a pobres, dando-se-lhes dinheiro, pão, roupa e mesmo lenha, como se verificou, por exemplo, em 1783.

5. Para este assunto confira-se Maria Antónia Lopes, «Imagens da pobreza envergonhada em Coimbra nos séculos XVII e XVIII», in Maria José Azevedo Santos (coord.), *Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1929)*, Viseu, Palimage Editores, 2003, pp. 93-123.

6. A propósito da distribuição de esmolas aos pobres confira-se Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra 1750-1850*, vol. II, Viseu, Palimage Editores, 2000, pp. 92-249.



Mesa que presidiu à apresentação do livro. Da esquerda para a direita: Prof.^a Doutora Marta Lobo, Provedor Dr. Bernardo Reis, D. António Santos, Bispo Auxiliar de Braga, Autora Dr.^a Fátima Castro e Prof.^a Doutora Irene Montenegro, Mesária e Pró-Reitora da Universidade do Minho.

Os irmãos encarregavam-se de esmolar os confrades pobres, pobres envergonhados, assalariados da instituição, doentes do hospital, presos e instituições religiosas da cidade, enquanto o tesoureiro tinha a função de distribuir esmolas pelos restantes necessitados. Esta oferta manteve-se até ao século xx, provando que a Santa Casa não desejava acabar com este ritual de caridade.

A festa dos Santos era também comemorada com a entrega de esmolas. Os pobres recebiam uma vez mais pão, roupa ou dinheiro. Querendo associar-se ao momento, os irmãos manifestavam compaixão com os que sofriam em vida, esperando que o seu gesto revertisse em favor da salvação da sua alma e contribuísse para aliviar as almas dos que sofriam no Purgatório, para mais tarde poderem aceder ao reino celestial.

Na festa do Natal, a esmola mais comum era a lenha, bem muito necessário e apreciado pelos pobres. Mas a ocasião servia também para entregar mantas, roupa e mesmo dinheiro. Com o avançar do século xviii, a lenha foi sendo substituída por dinheiro, provando que a Santa Casa acompanhava as necessidades dos que provia, possibilitando-lhes com a dádiva a compra de algum bem mais necessário.

Na Páscoa, a irmandade voltava a prover pobres, recaindo os principais momentos de esmola na quinta e na sexta-feira das Endoenças. O tempo da Paixão de Cristo era associado à caridade, num gesto de desprendimento e

compaixão para com os que eram pobres e se encontravam desprotegidos e sem auxílio⁷.

Para além destas esmolas em dias festivos, a Misericórdia de Braga provia regularmente com carne os presos das cadeias e os doentes do hospital, passava cartas de guia aos pobres que se encontravam em trânsito, a peregrinos, a soldados e a estrangeiros, pessoas que não dispunham de dinheiro para efectuar a viagem. Distribuía roupa nova e usada, cumprindo a terceira obra corporal de misericórdia.

No ponto III analisa-se «O celeiro: esmolaria e a administração». Era com o pagamento de foros e rendas e com os cereais dos peditórios que a Santa Casa mandava confeccionar o pão que distribuía. Assim, e por esta razão, as esmolas oscilavam de acordo com o recheio do celeiro, chegando-se em certos momentos a comprar cereais porque os existentes não eram suficientes para o gasto da Casa. A escassez de cereal levou a confraria em alguns momentos a comutar o pão por dinheiro⁸.

No ponto seguinte efectua uma reflexão sobre «A assistência aos presos». Desde sempre que as Misericórdias deram muita atenção a estes pobres. Atendiam às suas necessidades corporais e espirituais e acompanhavam os seus processos jurídicos⁹. Os detidos na cadeia do Castelo, no Aljube e na cadeia da Correição eram auxiliados com alimentos, vestuário, calçado e na doença. Eram também ajudados no campo espiritual e recebiam apoio jurídico com o pagamento ao tabelião, às testemunhas, no porte das sentenças e no trans-

7. Sobre a ritualização da caridade consulte-se Maria Marta Lobo de Araújo, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003.

8. Uma análise aprofundada sobre o abastecimento e o funcionamento do celeiro da Misericórdia de Guimarães encontra-se em Américo Fernando da Silva Costa, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1830 (caridade e assistência no meio vimezanenses dos séculos XVII e XVIII)*, Guimarães, Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999, pp. 130-140.

9. Esta terá sido uma das principais funções das Misericórdias nos primórdios. Confira-se Ivo Carneiro de Sousa, «Da esmolaria medieval às Misericórdias da rainha D. Leonor», in *500 Anos das Misericórdias Portuguesas. Solidariedade de geração em geração*, Lisboa, Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias Portuguesas, 2000, pp. 60-62: Veja-se ainda Alexandra Esteves, *A morada indesejada. Os presos da cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)*, Ponte de Lima, Liga dos amigos do Hospital de Ponte de Lima, 2005, p. 17.



Apresentação do livro pela Prof.^a Doutora Marta Lobo de Araújo, estando à sua esquerda a Autora, no Salão Nobre da Misericórdia de Braga. Vê-se o valioso oratório, construído em 1742, presidindo a figura de Jesus Cristo crucificado, adorado por um pagem nobre e por um eclesiástico.

porte em caso de desterro. Para além dos presos comuns, a Santa Casa auxiliou com esmolas o resgate de cativos.

«Outros destinatários e outras modalidades de Assistência» são estudados no ponto V. Aqui, a autora deu particular realce à pobreza envergonhada, ou seja, aqueles que não sendo pobres tinham caído em pobreza e necessitavam de ajuda, às esmolas a instituições religiosas da cidade e de fora dela e à ajuda a doentes, deficientes e a outros necessitados.

No ponto VI estuda-se a «Instituição de dotes» a raparigas órfãs e pobres, deixados por vários legatários que conferiram à Misericórdia a sua distribuição. A vasta documentação existente e exaustivamente trabalhada pela Dr.^a Fátima Castro, relata esta prática de caridade tão em moda do Antigo Regime¹⁰. O benefício consistia numa contribuição em dinheiro que se destinava a tornar estas mulheres mais atraentes no mercado matrimonial ou a facilitar-lhes o ingresso no convento. Casadas ou encerradas nos muros do convento, considerava-se que as mulheres estavam melhor guardadas das tentações do mundo e desta forma serviam melhor a Deus. Neste estudo dá-se destaque aos dotes do arcebispo D. Frei Baltasar Limpo, aos do padre António Abreu Faleiro, aos do Pedro de Aguiar e de sua mulher e aos do capitão Domingos Fernandes Freitas, entre outros.

A análise do «Apoio à instrução e preparação profissional» encontra-se no ponto VII. O auxílio dado pela Misericórdia de Braga à instrução é mais notória no séculos XIX e integra-se no programa do Estado Liberal de alargar a instrução aos cidadãos¹¹. Todavia, desde sempre, a Santa Casa apoiou os seus assalariados contribuindo monetariamente para que os estudantes pobres prosseguissem nos seus estudos na Universidade de Coimbra e facilitou a aprendizagem de alguns ofícios, nomeadamente, de alfaiate, moleiro, correeiro, sapateiro e tocador de órgão.

10. Consulte-se para a Misericórdia de Ponte de Lima, Maria Marta Lobo de Araújo, *Pobres, honradas e virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.

11. Veja-se Rogério Borralheiro, *O ensino primário no concelho de Boticas 1867-1875*, s. l., Câmara Municipal de Boticas, 1999, pp. 17-19; Isabel M. Drumond Braga, *Cultura, Religião e Quotidiano*, Lisboa, Hugin Editores, 2005, pp. 135-156.



Em cima e em baixo: Pormenores da assistência no Salão Nobre da Misericórdia.

Em 1832, foi criada uma escola feminina no Recolhimento de Santo António, administrado pela Santa Casa e criado pelo Rev.^o Domingos Peres, em finais do século xvi¹².

A assistência a meninos desamparados órfãos e expostos encontra-se no ponto VIII. Apesar da assistência aos expostos estar em Braga a cargo da

12. Sobre o legado deixado por este sacerdote consulte-se Maria de Fátima Castro, *O recolhimento das beatas de Santo António do Campo da Vinha*, separata da Revista Cultural «Bracara Augusta», vol. XXVI, 1995/6, pp. 169-171.

Câmara local, a Misericórdia intervinha ajudando alguns casos com graves problemas familiares¹³. Para dar maior consistência à sua intervenção, a confraria recebeu, em 1830, um importante legado que Sequeira Braga fizera à instituição de 10 contos de réis. Mas a intervenção da Santa Casa passou igualmente pela ajuda a «tratamentos termais», banhos de mar e por outras esmolas destinadas a quem precisava de se deslocar. As ajudas destinavam-se a facilitar a mobilidade de doentes que se encontravam em viagem para o Gerês, Caldas da Rainha ou outros locais, onde as águas termais prometiam algumas melhoras às suas mazelas. Também as águas do mar contribuíam para amenizar as suas maleitas. A Misericórdia pagava, normalmente, a cavalgada, passava uma carta de guia e em muitos casos acrescentava uma esmola em dinheiro. Facilitava a deslocação do doente ou do pobre até à Misericórdia mais próxima onde o pedido se renovava e assim ia o desprotegido de Misericórdia em Misericórdia até ao destino final.

Embora vivendo uma situação ambígua, os pobres serviam os ricos em dois planos essenciais: na salvação da alma e no exercício do poder. Era por causa desta sua importância que as elites mantinham com eles uma relação de aparente cumplicidade e lhes davam esmolas quando os encontravam nas ruas, às suas portas e os assistiam nas instituições de caridade.

Frei Luís da Apresentação acrescentou, no século XVII, um outro motivo, aduzindo que a «rezão de os pobres estarem as portas das Igrejas foi, para que ninguém entrasse sem dar esmolas e com as mãos vazias diante de Deos. Quem vai pedir misericórdia a Deos, he necessario que primeiro a use com os próximos». Este religioso mostrava a necessidade do rico demonstrar a Deus compaixão com o próximo, antes da solicitação da graça que desejava obter do Criador.

O acto presenciado da caridade cumpria objectivos para o doador. Capitalizava prestígio e admiração pela compaixão manifestada para com um seu irmão. As esmolas dadas às portas de conventos e de igrejas assumiam formas

13. A propósito da assistência a crianças veja-se Maria Antónia Lopes, «Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2, 2002, pp. 155-184; Dominique Julia, «L'enfance entre absolutisme et Lumières (1650-1800)», in Egle Becchi e Dominique Julia (dir.), *Histoire de l'enfance en Occident. 2. Du XVIII^e siècle à nos jours*, Paris, Seuil, 1998, pp. 50-53.



Em cima e em baixo: Pormenores da assistência no Salão Nobre da Misericórdia.

ostentatórias e de afirmação de poder e prestígio social. Para além desse efeito, as elites cuidavam de garantir a sua afirmação através das dádivas e da reprodução de gestos de submissão e agradecimento, comportamentos socialmente muito reputados. Assim visto, o pobre não passava de um instrumento na mão do rico, contribuindo para a justificação do seu poder. Este, por sua vez, atingia vários patamares, mas patenteava-se desde logo no acto da oferta da esmola, simbolizado pela postura das mãos de quem dá e de quem recebe. A mão que recebe está sempre por baixo, numa situação de expectativa e submissão, enquanto a mão que distribui se encontra por cima, exibindo poder, desprendimento e magnanimidade.

O crescente mundo da pobreza, a pressão exercida pelos pobres sobre os recursos da caridade e a correspondente visibilidade ganha por este grupo na Época Moderna provocaram uma separação entre os considerados merecedores e os restantes¹⁴. Sobre os últimos pairou um clima de suspeição. Foi preciso seleccionar através de critérios que assentavam no mérito para se aceder à esmola. Impunham-se fórmulas para distinguir o verdadeiro do falso pobre, o bom do mau. Dissecava-se a pobreza de cada um, de forma a promover a caridade apenas aos que a merecessem. O mérito transformava-se assim num supercritério, abarcador de critérios menores, embora todos com poder para ditar a inclusão ou a exclusão na lista de provimento.

Os primeiros eram beneficiados com a esmola, enquanto que os segundos eram escorraçados, vendo-se obrigados a abandonar as localidades por onde peregrinavam, normalmente, em tempos curtos, estabelecidos pela lei.

A filosofia que presidia a esta atitude radicava na necessidade de cada comunidade sustentar os seus pobres e de aliviar as comunidades urbanas desta população que constituía um peso.

A Idade Moderna assistiu ao crescimento do número de pobres e à sua deslocação para as zonas urbanas, em busca de esmolas mais promissoras. Era também nas cidades que se localizavam as principais instituições de assistência, que residia uma burguesia endinheirada, que se localizava a maioria dos conventos e de alguns paços senhoriais, prometendo, por conseguinte, maior dádiva.

Para além da incapacidade de sustentar todos os pedintes que chegavam, os núcleos urbanos temiam a transmissão de doenças.

A legislação, escudando-se em razões sanitárias, expulsava os indesejados, quer por serem potenciais portadores de doenças contagiosas, como a lepra ou as boubas (sífilis), quer simplesmente por serem vagabundos.

Neste sentimento de repulsa para com os pobres incluíam-se também preocupações morais. Menos cumpridores das regras da moralidade, os mendigos, porque mais soltos e menos controlados pela sociedade, eram acusados

14. Confira-se Stuart Woolf, *Los pobres en la Europa Moderna*, Barcelona, Ed. Crítica, 1989, pp. 41-44.

de comportamentos socialmente reprovados, por estarem frequentemente associados ao vício¹⁵.

Os mendigos deambulavam pelas vilas e cidades, escolhendo os melhores locais de esmola: igrejas, praças e mercados, usando também os filhos pequenos como pedintes. Normalmente, esfarrapados e portadores de deficiências físicas, os pedintes tornavam visível a sua condição e usavam-na para conseguirem a esmola.

Particulares e instituições procuravam minimizar os efeitos da pobreza enquanto crescia o número de pobres. A luta não dava tréguas e enquanto se combatia, ajudando os casos considerados de maior necessidade e crescimento, outros continuavam a resvalar para a pobreza, entrando no mundo dos necessitados. Lutando contra uma conjuntura social que lhe era desfavorável, muita gente partia do campo em busca da cidade, onde a esmola era mais promissora. Todavia, aí o isolamento era total e com uma procura em crescimento, as instituições de caridade confrontavam-se com a impotência de responder com eficácia, fazendo uma selecção dos que ajudavam.

As abordagens feitas ao mundo da pobreza têm demonstrado a preferência dada às mulheres pelas instituições de caridade, sublinhando desta forma a sua debilidade em termos sociais, que as tornava mais dependentes da assistência, quer ela fosse institucional ou particular, por exemplo, na ajuda a raparigas órfãs pobres, deixando quantias significativas para dotes de casamento ou para tomar ordens. É, porém, nas instituições de caridade que as mulheres emergem como principais beneficiadoras da esmola, alcançando um lugar de destaque, quando confrontadas com o sexo masculino.

De tal forma as mulheres mereceram relevo nas preocupações sociais que lhes foram conferidas práticas assistenciais exclusivas. Consideradas mais frágeis e incapazes de por si sós se conservarem dignas, as mulheres tornaram-se alvo da caridade nos estados de viúvas e de solteiras¹⁶. A preocupação era mais acentuada no caso das raparigas órfãs. Sem pai que as «guardasse»

15. Veja-se Elena Maza Zorilla, *Pobreza y beneficencia en la España Contemporánea (1808-1936)*, Barcelona, Ariel, 1999, p. 17.

16. Era nestes estados que o sexo feminino se tornava mais frágil. Veja-se Serrana Rial García, «Las mujeres “solas” en la sociedad semi-urbana gallega del siglo XVIII», *Obradoiro de Historia Moderna*, n.º B, 169-197, 1999, pp. 175-178.

das «tentações do mundo» e muitas vezes sem fortuna suficiente para o dote, as órfãs pobres tornavam-se beneficiárias de legados importantes deixados para conseguirem marido ou para ingressarem em conventos e seguirem a vida religiosa. Esta prática de caridade foi muito forte na Misericórdia de Braga, deixando muitas mulheres dependentes da sua esmola.

A ajuda prestada às mulheres para acederem ao mercado matrimonial era muito reputada socialmente e granjeava grande simpatia por parte das candidatas, que viam nesta forma de assistência um precioso contributo para alterarem o rumo das suas vidas e alcançarem o estado desejado.

Também no estado de viuvez, as mulheres eram atendidas nas suas súplicas. Normalmente, o avanço da idade e a condição de viuvez eram considerados motivos suficientes para merecer a esmola. Contudo, esta situação podia ainda agravar-se quando as mulheres tinham ainda menores à sua guarda. Muitas mulheres viúvas tinham netos pequenos para criar, ou estavam entre-vadas, o que lhes agravava a miséria em que viviam. Quando não eram velhas, mas tinham o encargo de criar os filhos sozinhas, eram também preferidas, contribuindo a esmola para aliviar o fardo de sustentar a família. A esmola procurava ainda evitar a sua degradação moral, facilitada pelas dificuldades em que se encontravam e pelo estado de isolamento e solidão em que viviam.

Apesar das mulheres constituírem a maior massa de pobres e de existirem práticas de caridade especialmente destinadas para este sexo, os homens não deixaram de estar presentes e muitos benfeitores concederam quantias para os dois sexos nos seus legados, determinando um provimento igualitário.

As crianças formavam igualmente um alvo de caridade quando eram pequenas, não tinham família, ou pertenciam a famílias pobres. Os expostos, em crescimento durante a Época Moderna, eram objecto de assistência pela situação de abandono em que se encontravam. Apesar de alguns serem provenientes de famílias normalmente constituídas, muitos seriam ilegítimos ou órfãos. Contudo, todos se encontravam desamparados e necessitados de auxílio.

Para as crianças órfãs desenvolveu-se uma linha particular de assistência que consistiu na edificação de colégios. Estas instituições podiam ser de erecção municipal, religiosa, particular ou da própria Coroa. A entrada nos colégios era condicionada por um nascimento legítimo e pelo respeito por

limites de idades impostos pelos estatutos e tinha como objectivo preparar o futuro destas crianças, orientando-o para a vida religiosa ou a aprendizagem de um ofício¹⁷.

As crianças que permaneciam no enquadramento familiar recebiam também ajuda, nomeadamente, quando eram pequenas e ainda não podiam pedir ou trabalhar.

A segunda parte deste trabalho aborda a «Assistência Espiritual», tendo a autora começado por analisar as razões desta assistência e o acompanhamento dos sufrágios feito pela confraria. Embora sendo confrarias de leigos e de imediata protecção régia, estatuto que alcançaram no Concílio de Trento, as Misericórdias tinham uma forte componente espiritual e promoviam actos que se esperavam contribuintes para a salvação das almas¹⁸. Rezar e cantar pelos vivos e pelos mortos ocupou uma parte substantiva da acção da Santa Casa de Braga, a qual dispunha para o efeito de duas igrejas, capelas, altares, sacristias bem apetrechadas e um vasto corpo de capelães, que mediante pagamento cumpriam últimas vontades e sufragavam almas.

Os equipamentos de que dispunham e a equipa de vários servidores eclesiásticos prestigiaram desde cedo estas confrarias, as quais obtiveram em 1593 o monopólio do uso da tumba, facto que só por si significava interessantes receitas, mas, principalmente, um enorme poder e prestígio junto das populações.

Esta vertente fez com que as Misericórdias recebessem muitos legados, transformando-se em verdadeiros potentados económicos, mas, simultaneamente, em instituições carregadas de obrigações¹⁹. As missas, os responsos e outros ofícios religiosos foram instituídos «enquanto o mundo for mundo»,

17. Ana Isabel Marques Guedes, «Os estatutos dos colégios dos órfãos. Estratégias e vivências (séculos XVI a XVIII)», *Cadernos do Noroeste. Misericórdias, caridade e pobreza em Portugal no Período Moderno*, vol. II (2), 1998, pp. 115-116.

18. Sobre o estatuto adquirido em Trento leia-se Laurinda Faria dos Santos Abreu, «Misericórdias: patrimonialização e controlo régio (séculos XVI e XVII)», *Ler História*, n.º 44, 2003, p. 1.

19. Veja-se Laurinda Faria dos Santos Abreu, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999, pp. 99-133.

facto que vinculava estas irmandades a pesadas responsabilidades²⁰. A Santa Casa de Braga ficou encarregue de celebrar milhares de missas diárias, semanais, mensais e anuais, obrigando-a a cuidados permanentes com esta sua função. Tarefa árdua já que a obrigava a vigiar sacerdotes e sacristães em diferentes altares e igrejas.

É através dos livros de missas que se analisam os principais períodos em que estas eram celebradas: Natal, Páscoa, Espírito Santo e Fiéis-Defuntos.

No ponto II analisa-se a «Evolução destas celebrações», destacando-se os sufrágios individuais pelos irmãos, assistindo-se ao seu crescimento. Dá-se também relevo ao «Aniversário dos irmãos», celebrado na quadra dos Santos e os sufrágios colectivos em honra dos irmãos vivos e defuntos. Para além dos cidadãos comuns, a Misericórdia de Braga, como grande instituição que era, honrava a memória de arcebispos, sempre tão próximos desta confraria, de papas e de reis.

O estudo dos «Espaços de culto. Celebrações em altares privilegiados e em igrejas particulares. Alterações e sufrágios» é feito no ponto III. As celebrações ocorriam em muitos locais: nas igrejas da Santa Casa, em igrejas paroquiais e conventuais e em altares privilegiados.

Estas menções não se encontram em todas as Misericórdias. A razão de em Braga se dar atenção particular a estas efemérides pode estar associada ao facto da cidade ser sede episcopal e uma das principais do reino.

«Os serviços de culto, normas de funcionamento, título de colocação dos capelães, horários de celebração de missas e a evolução do seu valor das esmolas de missas e estipêndio dos capelães» são analisados no ponto IV. Neste capítulo, a autora estuda todos estes assuntos apresentando-nos uma Misericórdia com um intenso serviço religioso, traçando o seu percurso até à instalação da República, período que obrigou a mudanças neste sector²¹.

20. Para este assunto leia-se João Luís Medeiros, «O morgadio dos pobres. As doações, os beneméritos e a gestão dos recursos patrimoniais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo (das origens a meados de setecentos)», *Arquipélago. História*, 2.^a série, VII, 2003, pp. 22-23.

21. A instauração da República propagou profundas alterações neste campo. Leia-se Maria Marta Lobo de Araújo, *A confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave. Um itinerário de religiosidade popular do Baixo Minho*, Braga, Confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave, 2006,

«Os bens e cuidados necessários ao culto» são abordados no ponto V. As alfaias de culto, a cera, o azeite, o vinho, as hóstias, os paramentos, a música, o canto e os organistas são cuidadosamente analisados pela autora, possibilitando conhecer em particular a envolvência da confraria neste sector.

Dando continuidade, no ponto VI, analisam-se «Os agentes do culto», as suas funções, a hierarquia existente, os salários que auferiam e a relação que mantinham com a Misericórdia. O capelão-mor, os capelães do coro, os restantes capelães, os servos, e os capelães do Hospital de S. Marcos²² são estudados através do cumprimento das suas atribuições, verificando-se comportamentos nem sempre adequados e, por conseguinte, momentos de conflitualidade entre a instituição e alguns destes assalariados²³.

«Capelas e legados de missas» são estudados no ponto VII. Muitos legatários instituíam missas soltas, mas outros preferiram a instituição de capelas, permitindo este estudo conhecer muitos instituidores e avaliar o ritmo da evolução da instituição de legados.

No ponto VIII é dado relevo ao «Acompanhamento à sepultura», fazendo-se um enquadramento regimental da acção da Misericórdia e destacando-se a importante função de enterrar os mortos. Possuidora de mobiliário fúnebre, a Santa Casa cumpria a importante tarefa de disponibilizar os seus serviços de acompanhamento fúnebre mediante pagamento. Os irmãos, alguns dos seus familiares e os pobres eram enterrados gratuitamente, como estipulava o compromisso.

A confraria dispunha de três tumbas, sendo uma para enterrar os pobres e «pessoas ordinárias», outra para sepultar pessoas de «mayor qualidade» e a terceira para os irmãos e «mais pessoas que ouverem de ser acompanhadas

pp. 24-25; Pedro Pentead, «Confrarias», in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 466.

22. A Misericórdia de Braga administrava este hospital desde 1559, por despacho de D. Bartolomeu dos Mártires de 19 de Outubro desse ano. Até então, o hospital era gerido pela Câmara local. Veja-se Maria de Fátima Castro, *A irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga...*, p. 110.

23. Para um estudo mais aprofundado sobre a conflitualidade veja-se Mário José Costa da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho. Espaço de sociabilidade e conflito (1546-1803)*, Figueira da Foz, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 1999, pp. 123-136.

pela irmandade, conforme a este compromisso». Depois de conhecida a morte de um confrade, era de imediato dado conhecimento à comunidade através do sino e começava-se a preparar o funeral. Os irmãos eram sepultados gratuitamente. Nestes momentos a confraria devia apresentar-se em corpo, levando os irmãos tochas acesas. Cada um era ainda obrigado a rezar 14 Ave-marias e 14 Padres-nossos pelo irmão falecido, enquanto a Santa Casa mandava, em 1631, celebrar cinco missas pela sua alma²⁴.

Tumbas, bandeiras, tocheiros, panos, hábitos e mortalhas eram bens correntemente usados nestes momentos, porque a morte ocupava um lugar central na vida e a mortalidade era elevada. Como eram serviços muito requisitados, a Misericórdia cuidava particularmente destes momentos em que saía à rua, porque sabia que neles jogava uma parte importante do seu prestígio e capital simbólico. Eram ainda ocasiões de conflitualidade entre os irmãos, de transgressão à norma e também de relacionamento nem sempre fácil com outras confrarias²⁵.

A Misericórdia era a principal confraria em termos locais, gozava de privilégios para estes momentos e não cedia a pressões facilmente, procurando gerir os conflitos a seu contento.

No ponto IX é feita a «Avaliação das funções dos capelães e de outros servidores», dando-se realce à falta de rigor com que alguns capelães actuavam, por não cumprirem as suas obrigações. Obrigada à satisfação de últimas vontades, a Santa Casa agia de forma a honrar os seus compromissos, não permitindo prevaricações. Todavia, nem sempre as suas ordens ficaram registadas pela eficácia. Os intervenientes eram muitos e com interesses diversificados, causando graves problemas à instituição.

Por fim, o volume apresenta um apêndice com importantes informações sobre o calendário e a despesas com missas e ainda uma bibliografia abreviada.

24. *Compromisso da Misericórdia de Braga*, Braga, Francisco Fernandes de Basto, 1631, pp. 23-23 v.

25. Veja-se Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, pp. 551-554.

A obra que constitui mais uma importante parte da história da Misericórdia de Braga, é, simultaneamente, um contributo fundamental para a história da cidade, carreando muitas informações sobre a sua vida social, religiosa e espiritual.

As práticas de caridade e as instituições de sufrágios eram consideradas muito valorizadas e apreciadas como mecanismos facilitadores de alcançar o Paraíso celestial.

A crença na existência do Purgatório e a certeza de que um dia todos morreriam, unia vivos e defuntos em torno da salvação. Depois de mortos, os homens sujeitavam-se a dois julgamentos: um logo após o falecimento e outro no Juízo Final. Aguardando a ressurreição, os mortos recebiam a ajuda dos vivos para obterem a remissão dos seus pecados e a purificação das suas almas. Só assim podiam entrar no Paraíso. Era necessário ter piedade pelas almas que sofriam no Purgatório e a Igreja alimentava esta ideia de forma cuidadosa²⁶. Estabelecia-se uma cadeia de solidariedade entre vivos e mortos, tendo os religiosos como intermediários. Na altura em que a morte se avizinhava, reuniam-se esforços para enfrentar e preparar a vida do Além. Solicitava-se a intercessão de todos, particularizando-se no entanto aqueles de quem mais se esperava: Virgem Maria, santos e Anjo da Guarda. Estes eram também os considerados com maior poder de actuação junto do Criador.

A insegurança e o medo do Além expressava-se na obtenção dos melhores e maiores esforços junto de Deus. Como a incerteza era grande, a aposta subia ao ponto mais alto, com a «contratação» do melhor advogado. O objectivo era salvar a alma e alcançar a felicidade eterna. Desejava-se então formar uma cadeia de vontades que funcionasse em uníssono e sufragasse a alma. Os seus elos fortaleciam-se com preces, num coro que se desejava alargado e que resultava em proveitos para mortos e vivos.

Era grande a importância conferida às obras de caridade, porque se esperava que revertessem em favor da vida espiritual²⁷.

26. Para esta problemática veja-se Jacques le Goff, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa, Ed. Estampa, 1995, pp. 25-26.

27. Jacques Depauw, *Spiritualité et pauvreté à Paris au XVII^e siècle*, Paris, La Boutique de l'Histoire, 1999, pp. 81-85.

Os Evangelhos valorizam a caridade e alertam para a sua prática como caminho para a salvação. No entanto, os mortos deviam contar com a solidariedade dos vivos, através da sua memória perpétua.

Entre o primeiro e o segundo julgamento, os mortos permaneciam no Purgatório. A ajuda dos vivos, imprescindível para o deixar e alcançar a felicidade eterna, podia efectuar-se através de práticas muito diversificadas: celebração de missas, orações, responsos, dádivas de esmolas em favor da alma dos mortos, ofertas de sacrifícios e mais acções em torno do próximo²⁸.

Era necessário que os vivos recordassem as almas que sofriam nas trevas e as sufragassem nas suas invocações. O Purgatório era tido como um local de sofrimento, embora temporário, porque permitia que os seus residentes aliviassem os seus pecados através da intercessão dos vivos. Estes, por sua vez, na imploração que faziam das suas almas, deviam solicitar a ajuda dos santos, da Virgem Maria e de Cristo, para numa conjugação de preces, mais facilmente chegar ao reino do céu.

O coro das súplicas devia manter-se firme, para que o sufragado alcançasse a paz eterna e deixasse o sofrimento em que se encontrava. Se se pedia este empenho aos vivos e aos celestiais, muito maior devia ser o do defunto, no momento da preparação da sua morte. Os testamentos relatam preocupações profundas com a salvação da alma. Homens e mulheres mobilizavam quase tudo ou tudo o que possuíam para este fim. Por outro lado, parte do investimento das suas vidas tinha também sido feito com este objectivo. A sua integração em confrarias, por vezes em várias, objectivava a reunião de crentes que sufragassem a salvação da sua alma.

Sobre a autora há já pouco a referir. A Dr.^a Fátima Castro é conhecida da maioria ou da totalidade dos presentes. Tem, por conseguinte, créditos firmados dentro e fora da instituição, não precisando de apresentação. Todavia, cumpre-me assinalar a sua vasta obra e a dedicação à investigação da Misericórdia de Braga, a quem resolveu dedicar uma parte da sua vida.

28. O investimento que se fazia era muito grande. Veja-se Maria Marta Lobo de Araújo, «Rezar e cantar pelos vivos e pelos mortos: as confrarias das Almas do Pico de Regalados no século XVIII», *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Verde*, n.º 1, 2005, pp. 225-226.

Habituei-me a ver a Dr.^a Fátima Castro no Arquivo Distrital de Braga, onde na solidão do trabalho do investigador, pacientemente e de forma apaixonada, estuda a Santa Casa da cidade. Investigadora séria, minuciosa e empenhada, a autora vai a um ritmo impressionante de trabalho, desbravando e erguendo o edifício da história da Misericórdia de Braga, tornando-se um exemplo para todos os investigadores que fora do mundo universitário persistem no gosto de fazer história. Para ela o meu reconhecimento e o desejo de que continue a erguer a memória de tão prestigiada instituição.

Braga, 7 de Julho de 2006